

MONITOR FISCAL



União acumula até setembro déficit primário de R\$ 22,2 bilhões. Nesse cenário, Executivo encaminha ofício solicitando alteração da meta do PLN 5/15 para um déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 119,9 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

| ESFERA | META DO ANO | REALIZADO ATÉ JULHO | A REALIZAR | PLN Nº 5/2015 ORIGINAL | | OFÍCIO QUE ALTERA O PLN Nº 5/2015 | |
|---------------------------|-------------|---------------------|------------|------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | | | | META DO ANO | A REALIZAR | META DO ANO | A REALIZAR |
| Setor Público Consolidado | 66,3 | (8,4) | 74,7 | 8,7 | 17,1 | (48,9) | (40,5) |
| União | 55,3 | (22,2) | 77,5 | 5,8 | 28,0 | (51,8) | (29,6) |
| Governo Central | 55,3 | (21,7) | 77,0 | 5,8 | 27,5 | (51,8) | (30,1) |
| Estatais | 0,0 | (0,5) | 0,5 | 0,0 | 0,5 | 0,0 | 0,5 |
| Estados e Municípios | 11,0 | 13,8 | (2,8) | 2,9 | (10,9) | 2,9 | (10,9) |

Fonte: Banco Central.

O resultado primário da União até setembro foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões. Trata-se do menor valor para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1997. Para que a meta do ano fosse alcançada, seria necessária uma economia de R\$ 77,5 bilhões nos últimos três meses do exercício. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado superou em R\$ 2,8 bilhões o valor estimado para o exercício.

Ressalte-se, porém, que se encontra em tramitação o projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 5/2015), em que o Poder Executivo propôs a alteração da meta para R\$ 5,8 bilhões. Diante da piora nas expectativas para o exercício, o Poder Executivo encaminhou o Ofício nº 207/2015/MP à CMO solicitando a nova modificação da meta, conforme exposto a seguir:

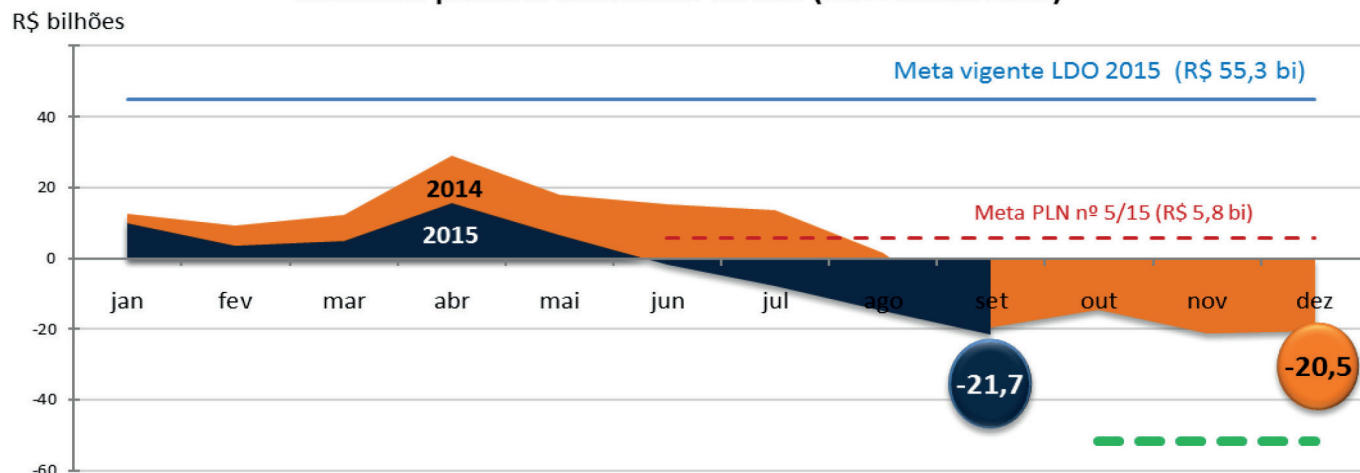
- meta de déficit primário para a União de R\$ 51,82 bilhões e superávit para os Estados e Municípios de R\$ 2,9 bilhões;

- possibilidade de ampliar o déficit em até R\$ 68,06 bilhões (o que permitiria um déficit de R\$ 119,89 bilhões para a União), caso sejam frustradas as receitas advindas das concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas (R\$ 11 bilhões), e sejam pagos passivos devidos ao:
 - FGTS (R\$ 20,74 bilhões);
 - BNDES a título de equalização (R\$ 22,44 bilhões);
 - Banco do Brasil a título de equalização de taxas agrícolas e créditos a receber do Tesouro Nacional (R\$ 12,33 bilhões); e
 - à Caixa Econômica Federal, a título de remuneração por serviços prestados (R\$ 1,5 bilhão).

Vale registrar que o efetivo pagamento de R\$ 25,75 bilhões dos valores referentes ao FGTS e ao Banco do Brasil dependem de projeto de lei crédito a ser enviado ao Congresso nacional;

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

Resultado primário acumulado no ano (2014 versus 2015)

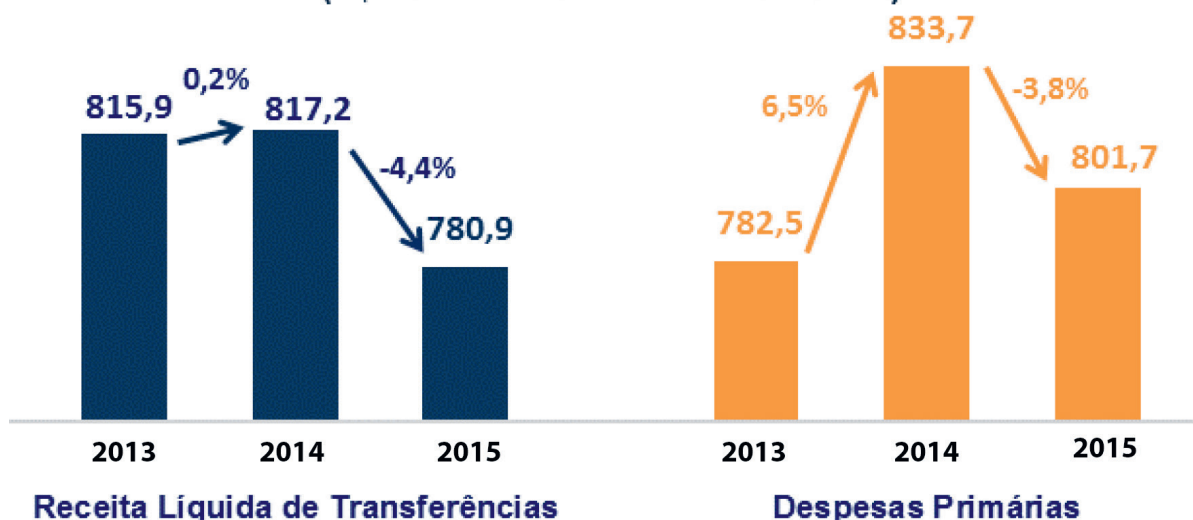


Fonte: Banco Central.

Até setembro o déficit primário do governo central é de R\$ 21,7 bilhões, valor R\$ 2,2 bilhões superior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Esse valor já é superior ao déficit observado em todo o exercício de 2014.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias no período janeiro-setembro (R\$ bilhões - valores de set/15 - IPCA)



Fonte: Tesouro Nacional.

De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 4,4% considerando-se os valores acumulados no período de janeiro a setembro, reflexo da redução na atividade econômica ao longo do exercício. As despesas primárias, por seu turno, apresentaram redução real de 3,8% no mesmo período, decorrente, em grande medida, da contenção dos investimentos e dos gastos com abono e seguro desemprego.

Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento médio da ordem de 5% no acumulado de janeiro a setembro de 2013 a 2015, ao passo que o crescimento médio das despesas primárias foi 8,7% em igual período.

D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

R\$ bilhões

| ITEM | 2014 | 2015 | | | DIFERENÇA (B-A) |
|---|-----------|---------|-----------------------|-----------------------|-----------------|
| | EXECUTADO | LOA (A) | REESTIMADO 3º BIM.(B) | REESTIMADO 4º BIM.(C) | |
| I. Receita Primária Total | 1.221,4 | 1.447,8 | 1.325,3 | 1.318,2 | (129,6) |
| II. Transferências aos Entes Subnacionais | 202,5 | 224,4 | 213,7 | 206,7 | (17,7) |
| I. Receita Primária Líquida | 1.018,9 | 1.223,4 | 1.111,6 | 1.111,6 | (111,8) |
| II. Despesa Primária | 1.051,6 | 1.168,1 | 1.105,8 | 1.105,7 | (62,4) |
| II.1 Desp. Obrigatórias | 781,5 | 841,7 | 858,9 | 858,8 | 17,1 |
| II.1.a Benefícios da Previdência | 402,1 | 436,3 | 438,9 | 436,2 | (0,1) |
| II.1.b Pessoal e Encargos Sociais | 223,0 | 235,8 | 236,2 | 236,2 | 0,4 |
| II.1.c Abono e Seguro Desemprego | 51,8 | 47,0 | 45,8 | 48,5 | 1,5 |
| II.1.d BPC / RMV ² | 38,4 | 42,2 | 43,2 | 42,4 | 0,2 |
| II.1.f Demais | 66,2 | 80,4 | 94,8 | 95,5 | 15,1 |
| II.2 Desp. Discricionárias | 270,1 | 326,4 | 246,9 | 246,9 | (79,5) |
| II.2.1 Emendas Individuais | 6,1 | 9,6 | 4,6 | 4,6 | (5,1) |
| II.2.2 Demais Discricionárias | 264,0 | 316,7 | 242,3 | 242,3 | (74,4) |
| III. Ajustes ¹ | 15,5 | - | - | - | - |
| IV. Resultado Primário (I-II+III) | (17,2) | 55,3 | 5,8 | 5,8 | (49,5) |

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF, Relatório SOF/STN de Avaliação do 3º e 4º bimestres e SIOF.

* Valores acumulados de janeiro a dezembro

¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

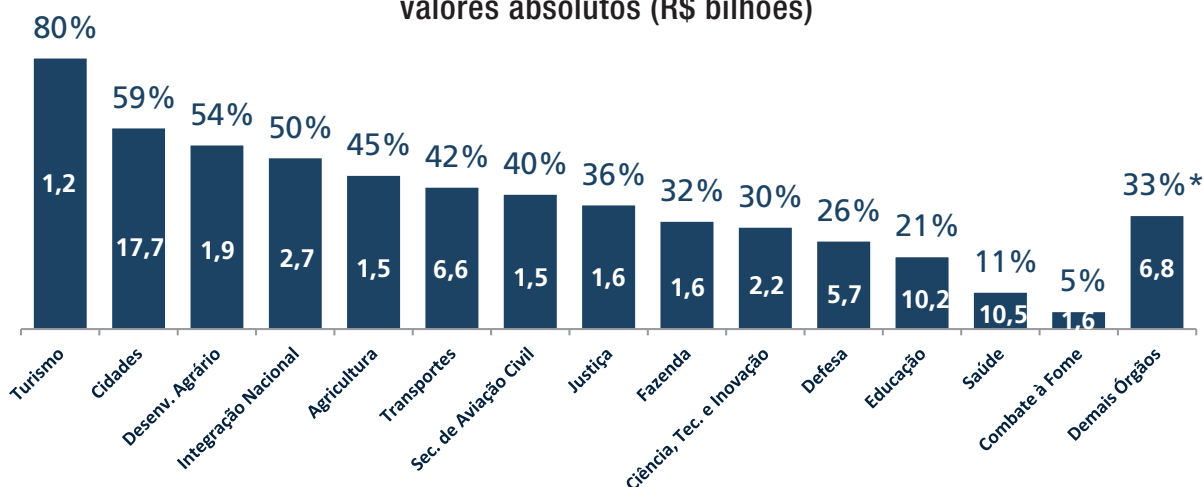
²BPC – Benefício de Prestação Continuada, RMV – Renda Mensal Vitalícia.

A reavaliação de receitas e despesas, realizada pelo Poder Executivo no 4º bimestre, manteve inalterada a necessidade de contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões em despesas discricionárias da União. Os dados oficiais mais recentes, com efeito, mostram que o Executivo estima redução de R\$ 111,8 bilhões na receita primária líquida e aumento de R\$ 17,1 bilhões de despesas primárias obrigatórias, restando disponíveis para empenho os mesmos R\$ 246,9 bilhões estimados no 3º bimestre, dos quais R\$ 4,6 bilhões se referem a emendas individuais.

Relevante esclarecer que o citado contingenciamento, conforme item IV da tabela em exame, visa ao alcance da meta de R\$ 5,8 bilhões, constante originalmente do PLN nº 5/2015. Considerada a meta de déficit primário do ofício encaminhado pelo Executivo, poder-se-ia fazer um descon contingenciamento de R\$ 57,6 bilhões a R\$ 125,75 bilhões.

E. CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

Despesas discricionárias contingenciadas por órgão, em percentual e em valores absolutos (R\$ bilhões)



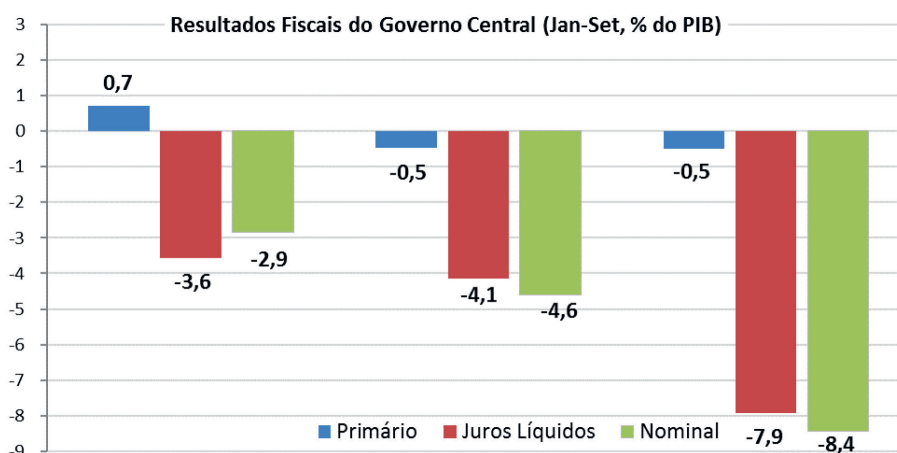
Fonte: Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.496/2015.

*Percentual médio de contingenciamento nos demais órgãos.

Dos R\$ 79,5 bilhões contingenciados, R\$ 78,4 bilhões correspondem à limitação de empenho de despesas do Poder Executivo.

Em valores relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de 80% do valor aprovado para o órgão na LOA. Em valores absolutos, os ministérios mais atingidos foram, respectivamente, Cidades, Saúde, Educação e Transportes.

F. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)

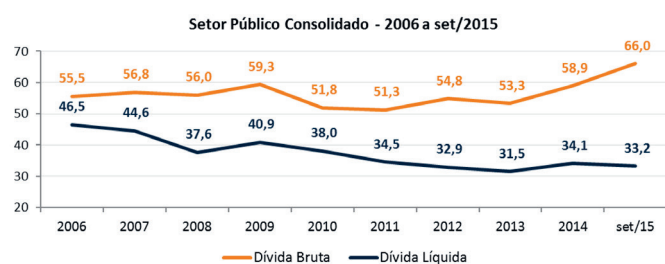


Fonte: Banco Central.

O resultado nominal do governo central, acumulado de janeiro a setembro em 2015, é deficitário em R\$ 361,8 bilhões (8,4% do PIB). Em 2014, o déficit acumulado no mesmo período foi R\$ 188,0 bilhões (4,6% do PIB).

Essa deterioração do resultado nominal é explicada, principalmente, pela expressiva elevação dos juros líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 340,1 bilhões (7,9% do PIB), contra R\$ 168,5 bilhões (4,1% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

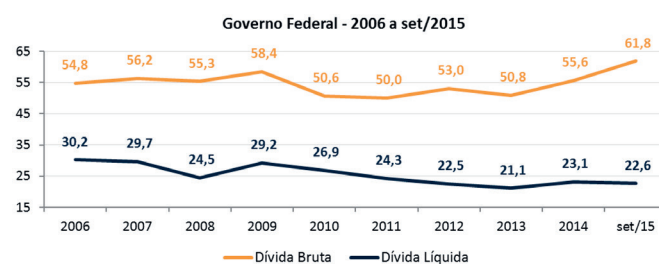
G. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

A dívida bruta do setor público consolidado acumula crescimento de 7,1 p.p. do PIB até setembro de 2015 e atingiu 66% do PIB (R\$ 3,8 trilhões), maior nível desde 2006. O aumento do endividamento é resultado não apenas da redução do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item F).

A dívida líquida, por sua vez, teve queda no período, chegando a 33,2% do PIB, o que é explicado, em parte, pelo



aumento no valor das reservas internacionais provocado pela desvalorização do real.

A dívida do setor público consolidado – que envolve União, Estados e Municípios – reflete, em boa medida, a evolução do endividamento bruto federal, o qual cresceu, em 2015, 6,2 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, próximo a 62% do PIB. Já a dívida líquida federal alcançou, em setembro, 22,6% do PIB, abaixo do valor esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Marcia Rodrigues Moura
 Maria Liz de Medeiros Roarelli
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Túlio Cambraia